

ZANELLA, Everton Luiz. **Infiltração de agentes e o combate ao crime organizado**: análise do mecanismo probatório sob os enfoques da eficiência e do garantismo. 2016. 272 f. Tese (Doutorado).

ZANELLA, Everton Luiz. **Infiltração de agentes e o combate ao crime organizado**: análise do mecanismo probatório sob os enfoques da eficiência e do garantismo. 2016. 272 f. Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. --  
 -- Localização: 343.911 / Z16i

1	INTRODUÇÃO	11
2	CRIMINALIDADE ORGANIZADA	15
2.1	Breve histórico das organizações criminosas	15
2.2	Organizações criminosas no Brasil	20
2.3	Espécies de organizações criminosas e suas características	23
2.3.1	Organizações mafiosas	24
2.3.2	Organizações criminosas em rede	26
2.3.3	Organizações criminosas empresariais	28
2.3.4	Organizações criminosas institucionais	31
2.4	Conceito legal	34
2.5	Tipificação penal das organizações criminosas	37
2.5.1	Tipificação de "organização criminosa" no direito estrangeiro	37
2.5.2	Tipificação de "organização criminosa" no direito brasileiro: artigo 2º da Lei nº12.850/2013	39
2.6	Organizações terroristas	43
2.7	O direito fundamental de proteção contra a criminalidade organizada	47
3	TEORIA GERAL DA PROVA NO PROCESSO PENAL	53
3.1	Processo penal constitucional	53
3.2	Sistema acusatório	54
3.3	Princípio do devido processo legal	55
3.3.1	Juiz natural	56
3.3.2	Ampla defesa	57
3.3.3	Contraditório	59
3.3.4	Estado de inocência	61
3.3.5	Direito ao silêncio	62
3.3.5.1	Definição	62
3.3.5.2	O interrogatório e o direito ao silêncio	63
3.3.5.3	O alcance do direito ao silêncio	69
3.4	Prova: conceito, objetivo e classificação	70
3.5	Busca da verdade real	71
3.5.1	Conceito e distinções	71
3.5.2	Ônus da prova	76
3.5.3	Poder instrutório residual do magistrado	79
3.5.4	Sistema do livre convencimento motivado	81
3.6	Direito e restrições à prova	86
3.6.1	A vedação da prova obtida por meio ilícito	86
3.6.2	Prova ilícita por derivação, fonte independente e descoberta inevitável	89
3.6.3	Utilização da prova ilícita e o princípio da proporcionalidade	91

4	PROVAS EM ESPÉCIE	100
4.1	Meios de prova no Código de Processo Penal	100
4.1.1	Perícias	100
4.1.1.1	Generalidades e o “corpo de delito”	100
4.1.1.2	Exame necroscópico e exumação	103
4.1.1.3	Exame de lesões corporais	104
4.1.1.4	Exame de local dos fatos	104
4.1.1.5	Exames laboratoriais	105
4.1.1.6	Exames em instrumentos e objetos de infrações penais	105
4.1.2	Confissão	107
4.1.3	Declarações do ofendido	108
4.1.4	Prova testemunhal	110
4.1.5	O sistema de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas	114
4.1.6	Reconhecimento de pessoas e coisas	117
4.1.7	Acareação	119
4.1.8	Prova documental	121
4.1.9	Prova indiciária	123
4.1.10	Busca e apreensão	124
4.1.10.1	Natureza e finalidade	124
4.1.10.2	Busca domiciliar	125
4.1.10.3	Busca pessoal	128
4.2	Necessidade de proteção eficiente no combate ao crime organizado e seu reflexo na produção da prova	129
4.3	Mecanismos de prova especiais para o combate ao crime organizado	137
4.3.1	Afastamento dos sigilos fiscal, bancário e financeiro	137
4.3.2	Acesso direto a dados cadastrais	140
4.3.3	Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas	140
4.3.3.1	Introdução	140
4.3.3.2	Requisitos	141
4.3.3.3	Formalização do pedido	144
4.3.3.4	Encontro fortuito de provas	149
4.3.3.5	Compartilhamento da prova emprestada	150
4.3.3.6	Diferença entre interceptação telefônica, gravação unilateral e escuta telefônica	151
4.3.3.7	Interceptação das comunicações telemáticas	153
4.3.3.8	Interceptações das comunicações telefônicas e telemáticas no direito estrangeiro	155
4.3.4	Captação ambiental	156
4.3.5	Ação controlada e entrega vigiada	158
4.3.6	Colaboração premiada	161
4.3.6.1	Introdução	161
4.3.6.2	Requisitos para a aplicação e o prêmio do colaborador	163
4.3.6.3	Forma	165
4.3.6.4	Direitos do colaborador	170
4.3.6.5	Colaboração e os crimes contra a vida	171

4.3.7	Cooperação entre instituições	171
4.3.7.1	Formas de cooperar	171
4.3.7.2	Necessidade de avanços	173
5	<b>INFILTRAÇÃO DE AGENTES</b>	176
5.1	Conceito e natureza jurídica	176
5.2	Necessária distinção entre agente infiltrado e agente provocador	178
5.3	Modelo brasileiro	179
5.3.1	Aspectos históricos	179
5.3.2	Aspectos procedimentais	181
5.3.2.1	Legitimidade	181
5.3.2.2	Momento	182
5.3.2.3	Pressupostos para ser agente infiltrado	184
5.3.2.4	Trâmite sigiloso e decisão judicial	187
5.3.3	Requisitos	190
5.3.4	O alcance e os limites da decisão judicial	193
5.3.5	Prazo	195
5.3.6	Relatórios da infiltração	196
5.3.7	Cessaçã	198
5.3.8	Responsabilidade penal do agente infiltrado	201
5.3.9	Direitos do agente infiltrado	206
5.4	Estudo sistemático da infiltração de agentes no direito estrangeiro	207
5.4.1	Estados Unidos da América	207
5.4.2	Itália	213
5.4.3	Alemanha	214
5.4.4	Espanha	215
5.4.5	França	218
5.4.6	Portugal	220
5.4.7	Argentina	222
5.5	Da teoria à prática: trilhando o caminho para que a infiltração de agentes possa ser operacionalizada no Brasil com eficiência e respeito às garantias	224
5.5.1	Panorama comparativo	224
5.5.2	As fases da operação de infiltração de agentes	226
5.5.3	Fase pré-infiltração: seleção, treinamento e formação do agente especial	228
5.5.4	Fase de infiltração propriamente dita	234
5.5.4.1	Plano operacional	234
5.5.4.2	Equipe de suporte	236
5.5.5	Fase pós-infiltração	238
5.6	Testemunho do agente infiltrado e preservação de sua identidade	239
5.7	A infiltração de agentes sob os enfoques da eficiência e do garantismo	245
5.7.1	Críticas ao mecanismo de infiltração de agentes e	

ZANELLA, Everton Luiz. **Infiltração de agentes e o combate ao crime organizado**: análise do mecanismo probatório sob os enfoques da eficiência e do garantismo. 2016. 272 f. Tese (Doutorado).

	seu necessário contraponto	245
5.7.2	A atuação do agente infiltrado e a validade da prova	248
5.7.3	Possibilidade de um modelo eficaz e garantista	253
6	CONCLUSÃO	257
	REFERÊNCIAS	260